

A PERCEÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO: OS DESAFIOS DE UM AMBIENTE EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO.

Bárbara de Medeiros MARINHO*, **Daniel de Nazaré de Souza MADUREIRA**, **Romaro Antonio SILVA e Severina Ramos Telecio de SOUZA**

Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA do Instituto de Agronomia - IA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
barbaramarinho@id.uff.br*

RESUMO

O presente trabalho traz a percepção dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, acerca da experiência vivenciada em imersões de aulas, em diferentes espaços agrícolas na região serrana do Rio de Janeiro - RJ, como parte da proposta do currículo formador do programa de mestrado, já mencionado anteriormente. Após uma semana de intensas visitas e discussões nos espaços rurais da região, os alunos puderam ter e estabelecer novos conceitos acerca de como acontece o desenvolvimento rural, com isso, realizar reflexões acerca especialmente da relação de ensino aprendizagem para com os sujeitos que estão inseridos neste cenário. Neste sentido, e, interessados em estabelecer uma relação entre as diferentes concepções formadas pelos dezoito alunos que imergiram na experiência relatada neste trabalho, se constitui esta pesquisa, que abarca as novas percepções dos mestrandos, especialmente sobre os aspectos educacionais e agroecológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Agrícola, Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar,

A PERCEPTION ABOUT RURAL DEVELOPMENT IN THE RIO DE JANEIRO MOUNTAIN REGION: THE CHALLENGES OF A CONSTRUCTION ENVIRONMENT

ABSTRACT

The present work brings the perception of the students of the Postgraduate Program in Agricultural Education - PPGEA, from the Federal Rural University of Rio de Janeiro - UFRRJ, about the experience lived in immersion of classes, in different agricultural spaces in the mountain region of Rio de Janeiro - RJ, as part of the curriculum proposal for the masters program, mentioned previously. After a week of intense visits and discussions in the rural areas of the region, students were able to have and establish new concepts about how rural development happens, with this, to make reflections about the relationship of teaching learning to the subjects that are part of this scenario. In this sense, and interested in establishing a relationship between the different conceptions formed by the eighteen students who immersed themselves in the experience reported in this work, this research is constituted, which covers the new perceptions of the masters, especially on the educational and agroecological aspects.



KEYWORDS: Agricultural Education, Rural Development, Family Agriculture

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGEA - UFRRJ, de acordo com as informações constantes na página do programa no site oficial da UFRRJ, teve como objetivo principal, em um primeiro momento, promover o desenvolvimento, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, de um campo educacional representado principalmente pelos cursos de Licenciaturas em Ciências Agrícolas, oferecidos principalmente pelas Universidades Federais Rurais Brasileiras, entre elas, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRRJ já existe há mais de quarenta anos, com tradição na formação de docentes, na realização de pesquisas educacionais e na extensão rural, principalmente na área agropecuária. Na época da criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), os egressos de tais cursos de graduação atuavam nas Escolas Agrotécnicas Federais, espalhadas no território nacional. Com base em estudos e pesquisa desenvolvidos em nível de pós-doutorado, e contando com a parceria de docentes pesquisadores da ENFA – Ecole Nationale de Formation Agronomique (TOULOUSE-Fr), um grupo de docentes pesquisadores da UFRRJ propôs no ano de 2003 a criação do Programa de Mestrado em Educação Agrícola (PPGEA) junto a CAPES, tendo como principal público-alvo, profissionais da educação e gestores das Escolas Agrotécnicas Federais à época. O programa teve imediato reconhecimento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC-MEC), que passou a aportar recursos para a viabilização do mesmo, buscando capacitar seus profissionais da educação das Escolas Agrotécnicas e Técnicas Federais, CEFETS e Institutos Federais na área de educação agrícola, técnica e tecnológica.

Com o advento da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o PPGEA ampliou o seu espectro de ação, buscando atender às necessidades de capacitação e aperfeiçoamento acadêmico dos gestores, docentes e técnicos destas instituições. Destaca-se o fato dos Institutos Federais terem sido criados com equiparação às Universidades Federais, atuando no ensino, pesquisa e extensão de forma verticalizada, atendendo a vários níveis de ensino e modalidades, inclusive a educação superior e cursos de Pós-Graduação. Além deste público alvo destaca-se o papel do PPGEA na formação de quadros para as Universidades Federais Brasileiras, destacando-se UFRRJ e UFRPE. Aliado a este aspecto somam-se às vagas anuais destinadas à Demanda Social, destacando-se os bolsistas de Demanda Social da CAPES, egressos dos cursos de graduação de IES, principalmente no Rio de Janeiro. O PPGEA busca ainda qualificar docentes da Rede Pública Federal como um todo, Rede Estadual e Redes Municipais.

Os alunos que esta proposta utiliza como foco pesquisa, são oriundos da Demanda Social - DS 2017, alunos da demanda social, são alunos selecionados pela UFRRJ geralmente de regiões do entorno da universidade, sem um convênio específico, no sentido de contribuir com os arranjos produtivos locais e com a elevação da escolaridade dos municípios próximos à UFRRJ.

Para esta pesquisa, os alunos experienciaram ao longo de uma semana, as atividades desenvolvidas em alguns espaços rurais na região serrana do Rio de Janeiro. A microrregião Serrana é uma das microrregiões do estado brasileiro pertencentes à mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. Possui uma população, estimada em 2010 pelo IBGE de 481.123 habitantes.

Está dividida em quatro municípios: São José do Vale do Rio Preto, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

As localidades de maior referência foram visitadas em Nova Friburgo, município da Região Sudeste do país. Sua população estimada em 2018 é de 190,084 habitantes. Localiza-se no centro-norte do estado, a 22°16'55" de latitude sul e 42°31'52" de longitude oeste, a uma altitude média de 985 metros, distando 136 km da capital fluminense. Ocupa uma área de 933,414 km². Compreende os distritos de Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Mury.

Para esta pesquisa, os mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA, fizeram uma das atividades de campo referente ao módulo 2, realizadas de 17 a 22 setembro/2018, em Seropédica, Paracambi, Nova Friburgo e Bom Jardim. A proposta teve como objetivo expor a percepção dos alunos a respeito da imersão em atividades agrícolas relacionando-as com o desenvolvimento rural das regiões visitadas.

Quais os conceitos formados a partir das vivências na região? Qual ou quais reflexões sobre as práticas educacionais para o sujeito do campo, foram possíveis a partir da vivência nos espaços rurais? E os novos conceitos? Houve ou não resignificação?

Para as indagações mencionadas anteriormente, esta pesquisa se propõe a trazer a percepção dos educandos, numa perspectiva de um universo que perpassa por um ambiente em constante construção, buscando respostas para os questionamentos acima.

2 AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS VIVENCIADOS PELOS MESTRANDOS

Tratar de desenvolvimento rural é necessário compreender como a palavra desenvolvimento se consolida nesse meio, partindo para tal compreensão, desenvolvimento está ligado a capacidade de criação voltado para a sociedade, para a política, para o meio cultural, para as técnicas desenvolvidas para algum fim. São inúmeras as possibilidades para a melhoria das condições de vida da sociedade e transformação do seu espaço através do desenvolvimento. Tratar de desenvolvimento requer avaliar inúmeras possibilidades de discussões voltando este viés para vários olhares e averiguar suas possibilidades em questão.

Para tanto, é indispensável que essas populações ampliem seu acesso a recursos materiais e simbólicos - terra, crédito, conhecimento e informações, organização etc., a bens e serviços - públicos e privados - e a oportunidades - de emprego, geração de renda, saúde, educação etc. originadas principalmente nas políticas públicas, mas também em mercados (GUZMAN, 2000 p.59).

Tratando de desenvolvimento por vezes não possibilita a acessibilidade para os seus devidos fins, tratar de desenvolvimento econômico, social, cultural, político, rural são conceitos complexos que necessitam de meios para simplificá-lo, com intuito de permear outras discussões, ou seja, é necessário, por vezes, decompô-los de alguns dos seus aspectos para aproximá-lo de outras formas e medidas para assim discuti-los.

De acordo com Veiga (2000), não existe "o desenvolvimento rural" como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de

simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento econômico”, por exemplo; ou, como propõe Veiga, pode-se estudar separadamente o “lado rural do desenvolvimento”.

E tratando do rural pode-se pensar que não está única e exclusivamente ligada ao meio agrícola e nem o tratar como um espaço atrasado e com poucos recursos, sendo colocado como ainda um resíduo do desenvolvimento urbano. Deste modo, o rural ou ruralidade destaca um papel de suma importância na construção do desenvolvimento, pois ele abrange positivamente as suas diversas funcionalidade e multifuncionalidades destacando o meio rural nos mais diversos setores nacionais.

Nessa concepção, o rural é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes (2ª CNDRSS 2013 p.13).

O desenvolvimento rural tem um papel de grande valia, pois ele resulta num processo social sob uma perspectiva multifacetada e multidimensional, é nele que é garantida uma melhoria na condição de vida das pessoas que vivem e administram suas vidas no meio rural, assim como, a eliminação das desigualdades econômicas e sociais, preservação do meio ambiente.

Ou seja, nesta ótica, a ocorrência concomitante de justiça econômica e social e de justiça ambiental é indicador, ao mesmo tempo substantivo e avaliatório, da existência ou não de processos de desenvolvimento rural, influenciando, conseqüentemente, as características que vão ser assumidas pelo desenvolvimento nacional (Kageyam 2004 p.36).

No Brasil o crescente interesse pelo desenvolvimento rural vem com o apoio de pesquisas quanto aos tipos de ruralidades existentes no país, acompanhado também sob a ótica dos índices proporcionais de produção e do seu desenvolvimento, como também, a inclusão de políticas públicas para tipos de ruralidades, ou seja, ampliar o apoio como unidade de planejamento, voltados com intuito de atender a população rural de acordo com as suas demandas.

Nos últimos anos as políticas de desenvolvimento do rural abarcaram algumas transformações como resultantes, relativamente, da pressão (ou clamor) dos movimentos sociais, originando, em certa medida, maior participação dos interesses das populações locais (Altieri 1989 p.69).

Com todas essas peculiaridades presentes no meio rural, as novas concepções atualmente presentes na tangente do desenvolvimento rural numa perspectiva voltada para os modelos de intervenção estaduais como planejamento e descentralização de medidas públicas para o meio rural vem fortalecendo e apoiando a sua ampliação.

O tema desenvolvimento está presente no debate político há longo tempo e sempre permeado por interesses de parte da sociedade que dispunha de poder econômico e político. Projetos e programas de governo privilegiavam segmentos da economia brasileira e que proporcionavam certa visibilidade no cenário mundial, destacando o país como fornecedor/exportador de matéria prima (GLIESSMAN 2005 p.48).

Partindo do princípio sobre agroecologia, onde ela é compreendida no estudo da agricultura sob uma perspectiva ecológica também social, cultural, ética, ou seja, ela trata de práticas agrícolas que utiliza de recursos naturais, tratando-as com mais consciência, desde a produção, cultivo até a mesa do consumidor. Sendo assim, a agroecologia vem com o intuito de diminuir os impactos gerados pela produção da agricultura moderna pautada na revolução verde com utilização de agrotóxicos, estes geram impactos e problemas ambientais.

Para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para outros, trata-se apenas de uma nova disciplina científica. Para Guzmán (2002), a agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que por definição não é científico.

A agroecologia pode apresentar impactos positivos a nível pessoal e coletivo. No nível pessoal podemos utilizar como exemplo a produção de horta orgânica, pois ela além de fomentar a produção caseira desses produtos ela aumenta o consumo de uma alimentação mais saudável sendo trabalhada por todos que habita o espaço, além de compreender a origem do produto sem a utilização de agrotóxicos, deste modo, essas ações podem garantir afeitos a médio, curto e longo prazo. E pensar numa perspectiva agroecológica a nível coletivo é possível agregar grupos de pessoas que possam compor uma produção que garanta um sustento formidável a toda família ou comunidade, garantido renda com produção sustentável.

No entanto, consideramos que a agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas (mesmo que, às vezes, sejam métodos não-convencionais) (DIAS, 2000 p.108).

Pensar numa perspectiva para o ambiente de trabalho é louvável tratar de dinâmicas que envolva todo o corpo deste ambiente profissional. Pode-se avaliar não somente como produção agrícola e suas práticas sustentáveis, como também da utilização de materiais que causem baixo impacto ao meio ambiente como a utilização de materiais reciclados como papéis e copos, da utilização de canecas, economia de energia ou até mesmo a produção interna de alguns materiais de consumo alimentício, como já ocorre em escolas que produzem a sua própria plantação orgânica garantindo uma alimentação saudável a comunidade do entorno.

O desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de equilíbrio, mas sim de mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto à distribuição de custos e benefícios, pois, o desenvolvimento sustentável “procura maneiras de conciliar crescimento econômico e preservação da natureza sem esgotar seus recursos” (MORIN, 2001,p.69).

Pode-se por vezes compreender indiretamente, que a prática agroecológica não está envolvida única e exclusivamente na produção sustentável para o consumo, pois ela acaba envolvendo questões como movimentos sociais e políticos, tratando de um pensar pessoal e/ou coletivo. A agroecologia trata direta ou indiretamente dessas questões, garantindo recursos naturais e comportamentais para uma produção orgânica, diminuindo seus impactos sob a vida no planeta.

3 MÉTODOS ADOTADOS NA DINÂMICA DE RESSIGNIFICAÇÃO DOS CONCEITOS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O presente artigo é um relato de experiências sobre a perspectivas dos educandos, desta forma, a metodologia proposta para realização é a pesquisa de campo, com natureza descritiva, pois procura o aprofundamento de uma realidade específica, no caso, o desenvolvimento rural, numa perspectiva de algo que está em processo de construção e em constante mudança no Brasil.

A pesquisa de campo será conduzida, de acordo com Marconi e Lakatos (1996), de cunho Exploratória: Com finalidade de aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto estudado. Será usada para facilitar a elaboração de um questionário e servir de base a uma futura pesquisa, ajudando a formular hipóteses, ou na formulação de novos problemas.

Entende-se que a pesquisa de campo, também visa clarificar conceitos, ajudando no delineamento da pesquisa e estudar pesquisas semelhantes, verificando os seus métodos e resultados. Como método de coleta de dados, será utilizado questionários abertos e fechados e observação participante. O tratamento dos resultados obtidos ocorrerá combinando-se os métodos de pesquisas qualitativas e quantitativos.

Foi realizada por meio da observação direta das atividades do grupo na atividade de imersão nos espaços rurais, e consolidadas à partir das respostas dos questionários respondidos pelos educandos, após a semana de módulo no Campo.

Clarificando o método utilizado, esta pesquisa se concluiu em etapas à partir das vivências dos alunos:

Primeira etapa: Visita aos espaços rurais da Região Serrana do Rio de Janeiro, pelos mestrandos do PPGEA;

Segunda etapa: Aplicação dos questionários aos mestrandos, dois meses após a realização das atividades, questionários com escalas de satisfação de 0 a 5, sendo 0 insatisfeito e 5 muito satisfeito;

Terceira etapa: Relacionar a ressignificação dos mestrandos sobre o desenvolvimento rural e sua aplicabilidade na formação de professores, proposta do programa de Pós-graduação em questão.

4 IMERSÃO EM ESPAÇOS RURAIS: UMA PROGRAMAÇÃO PRÁTICA E DINÂMICA PROPOSTA À MESTRANDO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA NA UFRRJ.

Conforme mencionado anteriormente, os discentes do programa PPGEA-UFRRJ, realizaram uma programação em Campo no segundo módulo de formação, em especial porque o objeto de formação, objeto base de estudo, que se refere diretamente ao Campo, tem sido palco de profundas transformações na estrutura produtiva e, conseqüentemente nas relações sociais nele existentes. No entanto, um dos pontos principais a serem estudados para compreensão dessas transformações ainda é o processo de modernização da agricultura. Neste viés, abarcando todos os novos sistemas e mecanismos que formam este universo. A região serrana do RJ, por ter sua economia pautada também em produtos de origem rural, foi palco desta imersão dos educandos. Conforme se apresenta em pequeno relato nas a seguir:

O primeiro ponto focal de contato com os sistemas rurais, foi na Feira da Agricultura Familiar, realizada pelo própria UFRRJ, numa conversa com os agricultores, se tornou possível, falar em modernização rural, onde se compreende, em um primeiro momento, que a modernização agrícola corresponde à transformação da base técnica da produção e na promoção da substituição de elementos.

Ainda seguindo a sequência, listada como primeira etapa da pesquisa, esta imersão seguiu para um sítio situado em Paracambi - RJ, onde os discentes puderam visitar os espaços de um produtor rural, destinado à agricultura familiar, onde os recursos tecnológicos e a mão de obra são escassos e com o prevalecimento de sistemas agroecológicos, os imersos puderam verificar o plantio de abacate, bananas, hortaliças e outras frutas.

Já na região de Nova Friburgo, a atividade de imersão propôs uma atividade diferenciada, dos padrões rurais na região, o turismo pedagógico como fonte de renda e desenvolvimento rural, à partir da produção de mel num apiário, neste contato, os mestrando, puderam conhecer os espaços de ensino, a produção do mel e o manejo das abelhas.

Em seguida, os imersos, ainda na região de Nova Friburgo, puderam conhecer o “Sítio Cultivar”, que adotando uma percepção Neo Ruralista, tem atuado com a produtos orgânicos e considerado grande destaque na região.

Já no contexto educacional, os imersos, ainda na região de Nova Friburgo/RJ, puderam conhecer o CEFFA Flores, um centro de ensino, voltado para a atuação com a pedagogia da alternância, que é um método que visa a interação entre o discente que mora no campo e a realidade vivida no seu cotidiano, de forma a proporcionar uma troca de saberes entre o ambiente escolar, de vida e de trabalho, onde esses alunos do ensino fundamental, médio na forma regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos), que são produtores de horticulturas e flores na região, com uma necessidade de trabalho, no contexto familiar desde muito cedo, onde a pedagogia da alternância aproxima este aluno da realidade vivenciada.

Por fim, a visita se encerrou com a experiência no sitio TIBA - Instituto de Tecnologias Intuitivas e de Bio-Arquitetura, é um centro educacional de ecologia aplicada e arquitetura de baixo impacto. A escola alternativa foi fundada em 1987 pelo arquiteto e urbanista holandês Johan van Lengen, lenda do movimento de sustentabilidade ao redor do mundo - autor do Manual de Arquiteto Descalço. A visita ao espaço permitiu aos imersos além da experiência de um diálogo com o fundador do espaço, uma visita aos espaços da arquitetura em especial com a utilização de Bambus.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a investigação, perguntamos aos discentes se a partir das vivências na aula de campo em Friburgo, suas percepções sobre desenvolvimento rural haviam mudado. Conforme dados representados no gráfico da figura 5, constatamos que a compreensão sobre desenvolvimento rural da maioria dos discentes mudou a partir das reflexões da visita de campo. A formação acadêmica dos discentes do programa é bastante heterogênea, e entre os participantes que afirmaram que a percepção mudou pouco, justificasse pelo fato destes já realizarem atividades dentro do ambiente rural e assim já possuem um contato direto com o assunto. Para os alunos

onde suas atividades profissionais não são realizadas no ambiente rural, a aula de campo foi uma ferramenta metodológica que permitiu aos discentes vincular o conteúdo teórico trabalhado dentro da universidade com a realidade, onde todos foram estimulados a pensar criticamente sobre o assunto abordado e neste sentido, a aula de campo serviu como mecanismo facilitador no processo de ensino-aprendizagem sobre desenvolvimento rural e um convite aos participantes a fazerem uma reflexão acerca da participação social no mundo.

A pergunta: A escola CEFFA flores, que adota a pedagogia da alternância como proposta pedagógica, contribui para que os seus alunos colaborem ou possam contribuir com o desenvolvimento rural daquela região? Dos 14 participantes que responderam à pergunta, 4 marcaram o conceito 4 e 7 marcaram o conceito 5 o que representa que a maioria dos discentes considera que a pedagogia da alternância contribui para o desenvolvimento rural daquela região visto que muitos alunos da escola contribuem no trabalho produtivo da comunidade e na propriedade familiar. A pedagogia da alternância alterna o local e tempo de estudos da escola com a residência dos alunos e no período em que os alunos estão em suas residências eles recebem a visita de um tutor que os orienta com a continuidade dos estudos e avaliam se os mesmos estão cumprindo com as suas tarefas. A metodologia de ensino é relacionada com a realidade da comunidade o que contribui para que o processo de ensino aprendizagem seja mais significativo, proporcionando uma formação integral e crítica, além de valorizar a região onde vivem.

Sobre a pergunta: o neo-ruralismo pode ser um elemento que contribui para o desenvolvimento de áreas rurais desfavorecidas? A opinião dos participantes ficou equilibrada. Do total das respostas temos que 13,33% dos participantes marcaram a opção 2, em uma escala de 1 a 5, onde 1 é pouco e 5 é muito, 26,67% marcaram a opção 3, 33,33% marcaram a opção 4 e 26,67% marcaram a opção 5. Como pontos positivos, alguns participantes mencionaram que o neo-ruralismo pode auxiliar às famílias e comunidades tradicionais que buscam novas formas de se organizar e produzir, sendo agentes facilitadores do desenvolvimento local. Existe um crescente movimento onde pessoas que não são do meio rural possuem como prioridade a qualidade de vida e entendem a importância da sustentabilidade ocasionando num movimento cidade-campo. São pessoas que priorizam um modo de vida mais tranquilo, hábitos alimentares mais saudáveis e entendem a importância da sustentabilidade. A entrada dos neo-rurais pode contribuir para o desenvolvimento local e assim impulsionar a economia da região. A relação dos neo-rurais com a comunidade local foi apontado como um dos fatores negativos ao movimento, pois, geralmente, os neo-rurais são pessoas com uma base de conhecimento elevada, com renda garantida e possuem um bom padrão de vida e dependendo dos interesses, os pequenos agricultores rurais acabam se tornando mão de obra barata para esses produtores e com o tempo passam a não investir mais em suas propriedades. Outro ponto negativo indicado é o fato de alguns neo-ruralistas interferirem e modificarem a cultura local em prol dos seus interesses. Nas comunidades visitadas, percebeu-se que a integração desses novos atores no meio rural não gerou modificações profundas na comunidade, mas identificou-se que a preocupação com a sustentabilidade e a produção orgânica é um fator de inspiração aos agricultores da região além de contemplar a comunidade com algumas vagas de emprego e aperfeiçoamento técnico, conhecimentos esses que poderão os trabalhadores empregarem em suas próprias propriedades.

Como os imersos são discentes de uma turma de mestrado acadêmico, perguntou-se, acerca da vivência, qual a aplicabilidade da atividade, considerando sua atuação profissional e a

qualificação *stricto sensu*? Como resposta 35,71% dos participantes marcaram a opção 3, 21,43% marcaram a opção 2 e 42,86% marcaram a opção 5, não houve marcação nas opções 1 e 4, o que representa que a vivência, em grau de aplicabilidade diferentes, agregou conhecimento na vida de todos os discentes, pois alguns dos alunos trabalham diretamente no meio rural e outros trabalham em instituições de ensino. Um dos imersos relata que: “A atividade está extremamente relacionada com minhas atividades profissionais e qualificação *stricto sensu*, pois ambas estão ligadas ao meio rural e agroecologia, assuntos bases da nossa vivência”. A vivência fortaleceu os conhecimentos sobre a importância da preservação da natureza e a responsabilidade que cada um de nós deve ter sobre o assunto. Mesmo os que não são produtores rurais e moram na cidade, podem contribuir comprando os produtos desses pequenos agricultores ou dos neo-rurais com o intuito de fortalecer a economia local e como benefício ter a certeza de que estarão levando para casa um produto de qualidade e sem agrotóxicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise aos resultados aqui apresentados, compreendemos que os impactos do projeto de modernização da agricultura no Brasil acontecem em tempos, espaços e intensidades diversas, relacionados diretamente com as políticas implementadas pelo governo federal, tais como, Reforma Agrária, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, entre outras. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas envolvendo serviços pessoais e produtivos relativamente sofisticados e complexos, tornando-se ainda, importantes alternativas de emprego e renda no meio rural. Contribuindo em grande parte por uma melhor distribuição da terra, minimizando desigualdades sociais, com isso, melhorando e desenvolvendo mecanismos que contribuam para uso consciente e sustentável da terra, em grande parte, proporcionado pela atuação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com pesquisas na região.

Neste sentido, e considerando os novos conceitos sobre o desenvolvimento rural pelos alunos do programa, adotamos as contribuições de Wanderley 2009, que afirma que os processos de ruptura e contrapõem as categorias de (camponês) tradicional e de agricultor moderno, onde: (...) um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. (...) mesmo integrada ao mercado e correspondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. (WANDERLEY, 2009, p.25 e 54).

Diante das perguntas realizadas aos discentes, pode-se observar, que muito embora esteja matriculados em um programa de Educação Agrícola, nem todos, os dezoito alunos imersos nas atividades, detinham, uma percepção acerca da realidade agrícola, o que nos leva a refletir sobre o papel do programa na formação dos profissionais que serão titulados como “Mestres em Ensino de Ciências”, nesta perspectiva, utiliza-se a percepção de Loureiro, 1977, ao afirmar que os espaços rurais, hoje é ainda um sistema de grande importância aos agricultores, principalmente

onde o capital não está diretamente disponível às famílias. Ela complementa ainda que “a parceria é uma denominação comumente atribuída à relação econômica que ocorre na agricultura, na qual o proprietário da terra e o agricultor dividem a produção na base em que contratarem, seja a meia, a terça, a quarta etc” (LOUREIRO, 1977). Por outro lado, se pode afirmar que grande parcela da população brasileira desconhece a realidade rural e a origem dos produtos consumidos diariamente nas refeições em todo país, ato conclusivo, observado nas falas dos empreendedores rurais, no decorrer da visita e conclusivo na percepção dos mestrandos nas respostas observadas no questionário. O que nos remete, o repensar do fortalecimento do ensino para esses sujeitos, valorizando seu protagonismo social, valorização da cultural local através de um ensino baseado na etnociência, a considerar de forma especial, a dívida histórica deste país quando se remete aos ideais de sujeito do campo e da divisão de terras. Nesta perspectiva, as avaliações acerca da satisfação com a imersão nos meios rurais, atingiram nota máxima. Espera-se que esta pesquisa contribua com discussões acerca do papel rural como protagonista do desenvolvimento social, que contribua para discussões sobre a vivência prática nos currículos dos cursos que versam sobre a Educação no Campo e os meios e alternativas utilizados para significados do desenvolvimento rural no Brasil.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 6ª ed. São Paulo: Editora Gaia, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desarrollo rural sustentable. In: CURSO INTENSIVO EM AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS ECOLÓGICAS APLICADAS À AGRICULTURA, 11., 2002, Seropédica. Palestra... Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002. Não publicado.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE Região Serrana do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/> acesso em 27 de outubro de 2018.

KAGEYAMA, Angela. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LOUREIRO, M. R. G. Parceria e Capitalismo. Rio de Janeiro. FGV. Zahar Editores. 1979.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CONDRAF: 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO. Brasília-DF, abril/2013

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA. Disponível em: <www.ia.ufrrj.br/ppgea/> acesso em 27 de outubro de 2018.

VEIGA, J. E. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

WANDERLEY, Maria de N. B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.